continuação

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

e direitos humanos. Em 2019, foram distribuídos aos clientes cerca de R$ 3 milhões em bônus para aquisição de eletrodomésticos eficientes em lojas do varejo e 16 projetos sociais foram acompanhados durante o ano. Entre campanha de vendas e ações na comunidade, foram beneficiadas 5.173 pessoas. **Chamada Pública de Projetos de Eficiência:** é um instrumento de seleção de projetos de Eficiência Energética para clientes principalmente dos setores comercial e público e ocorre de acordo com os requisitos determinados pela ANEEL. Em 2019, foram inaugurados nove projetos de eficientização nos municípios de Niterói, Angra dos Reis, Petrópolis, Rio das Ostras, Campos dos Goytacazes e Itaperuna que beneficiaram hospitais, instituições de ensino e entidades filantrópicas. Tais ações possibilitaram uma economia na ordem de 2,43 GWh/ano através da substituição de lâmpadas, aparelhos de ar condicionado e instalações de painéis solares nestas instituições. **Programa de Cultura da Sustentabilidade "Ser – Sustentabilidade em Rede":** Lançado em 2015, com o objetivo de criar e difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor, o programa que engajou 685 colaboradores promove ações focadas na transformação dos espaços, dos processos e das pessoas na empresa. Temas como direitos humanos, diversidade, educação financeira, ética, voluntariado e cuidados com o meio ambiente, foram abordados nas atividades distribuídas entre os pilares Ser Humano, Ser Social, Ser Ambiental e Ser Econômico. **8. RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES*: Sustentabilidade e Inovação: Guia EXAME de Sustentabilidade 2019 –** Eleita em 2018 como a empresa mais sustentável do Brasil. Em 2019, pelo 5º ano consecutivo, a Enel foi uma das melhores empresas de Energia em Sustentabilidade pelo Guia EXAME de Sustentabilidade, e a mais sustentável do Brasil em Direitos Humanos. A publicação destacou o programa de *Due Diligence* de Direitos Humanos, que abrange temas como condições de trabalho, diversidade, saúde e segurança, além de questões ambientais. Nesta edição, foram 229 companhias inscritas. **Prêmio ODS Pacto Global -** A Enel Brasil foi reconhecida com o Prêmio ODS Pacto Global, na categoria Prosperidade, pelo programa Enel Compartilha Empreendedorismo. O case da Enel foi um dos 13 vencedores dentre os 800 projetos inscritos. O Prêmio ODS da Rede Brasil do Pacto Global reconhece práticas empresariais e de ensino que contribuam para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). **Empresa Pró-Ética 2018/2019 –** A Enel conquistou, pela 3ª vez consecutiva, o reconhecimento Empresa Pró-Ética do Governo Federal. O Pró-Ética é uma iniciativa realizada por meio da Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia empresas em relação à prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio. A edição contou com a participação de 373 empresas de todos os portes e de diversos ramos de atuação. Após o processo de avaliação, 26 empresas foram aprovadas e reconhecidas como Empresa Pró-Ética 2018-2019. **Prêmio Nacional de Inovação –** O Prêmio Nacional de Inovação é o principal reconhecimento no Brasil para promoção da Inovação no setor empresarial. O prêmio se divide em cinco modalidades de acordo com o faturamento das participantes e nas categorias: Gestão da Inovação, Inovação de Produto, Inovação em Processo, Inovação Organizacional e Inovação em Marketing. Nesta edição, a Enel no Brasil venceu a categoria 'Inovação em Marketing'. **Prêmio Valor Inovação –** A Enel Brasil ficou em 1º lugar na Categoria Energia Elétrica. A pesquisa elegeu 150 empresas e se baseou em cinco pilares: Intenção (estratégia, visão, cultura e valores), Esforço (recursos, processos, estruturas), Resultado, Citações (reconhecimento do mercado) e Patente (registro de conhecimento). **Prêmio Whow 2019 –** Whow! é o festival de inovação para negócios realizado no Brasil pela 100 Open Startups. Reúne executivos, startups e investidores para cocriar soluções para os verdadeiros desafios da sociedade. A Enel ficou na 2° posição no setor de energia e *utilities* e 29° do Ranking Geral pelo engajamento e relacionamento com startups. **Empresa Amiga da Criança –** A Enel Brasil recebeu pelo 4º ano consecutivo o selo concedido pela Fundação Abrinq em reconhecimento ao engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva e às políticas internas, que incentivam o ingresso de jovens no mercado de trabalho de forma protegida e respeitando a Lei da Aprendizagem. **Pessoas: Prêmio WEPs Brasil 2019 –** A primeira participação da Enel no Prêmio WEPs Brasil 2019 – Empresas Empoderando Mulheres já garantiu o reconhecimento prata da companhia entre as Empresas de Grande Porte. A iniciativa tem o propósito de incentivar e reconhecer os esforços das empresas que promovem a cultura da equidade de gênero e o empoderamento da mulher no País, e é reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU). A edição contou com 181 empresas inscritas e 61 vencedoras. **Prêmio GPTW Rio de Janeiro 2019 –** A Enel Distribuição Rio foi eleita a 9ª melhor empresa para se trabalhar. O prêmio é referência internacional no mundo corporativo, sendo um dos mais importantes e valorizados do País. O ranking aponta empresas que são referência em temas de Recursos Humanos e demais temas envolvidos na construção de um bom ambiente de trabalho. **Prêmio Nacional de Qualidade de Vida –** A Enel foi uma das vencedoras da premiação que promove o reconhecimento de empresas que possuem práticas de excelência e obtêm êxito na melhoria da saúde, bem-estar e qualidade de vida de seus colaboradores. **Prêmio Top Employer –** A abrangente e independente pesquisa revelou que Enel Brasil oferece condições de trabalho excelentes, promove e desenvolve o talento de todos os níveis da empresa, e demonstrou que é líder no ambiente de RH, esforçando-se para melhorar continuamente as suas práticas de RH e se desenvolver, sempre. **9. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES:** Nos termos da Instrução CVM n° 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a BDO RCS Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Contábeis Anuais, revisões das suas informações trimestrais e a certificação dos valores apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias (DCR) para um período de 1 (um) ano, assim como contratou serviços de procedimentos previamente acordados para atender ao Despacho nº 514, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, relativo ao Relatório de Controle Patrimonial - RCP. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Enel quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria com o auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO CIRCULANTE	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	4	303.062	267.076
Títulos e valores mobiliários	5	106.258	81.777
Consumidores e outras contas a receber	6	1.468.059	914.449
Ativo financeiro setorial	9	138.062	229.300
Subvenção CDE - desconto tarifário	7	295.867	322.098
Tributos a compensar	8	143.446	145.833
Serviço em curso		32.788	55.270
Instrumentos financeiros derivativos - swap	29	14.953	13.766
Outros créditos		108.455	66.468
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		**2.610.950**	**2.096.037**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores e outras contas a receber	6	24.126	34.593
Ativo financeiro setorial	9	26.458	-
Depósitos vinculados a litígios	22	226.268	214.571
Tributos a compensar	8	87.433	104.458
Serviço em curso		16.600	35.596
Tributos diferidos	28	276.807	322.338
Instrumentos financeiros derivativos - swap	29	128.279	98.364
Ativo indenizável (concessão)	10	3.613.155	3.378.495
Imobilizado	11	106.893	61.175
Intangível	12	2.649.716	2.673.290
Ativos contratuais	**13**	**801.077**	**677.482**
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		**7.956.812**	**7.600.362**
TOTAL DO ATIVO		**10.567.762**	**9.696.399**

PASSIVO CIRCULANTE	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores	14	899.501	758.868
Empréstimos e financiamentos	16	1.260.803	1.761.231
Obrigações por arrendamentos	18	12.759	-
Debêntures	17	615.915	1.511
Salários, provisões e encargos sociais		38.864	48.143
Obrigações fiscais	15	202.650	119.762
Dividendos a pagar		112.824	87.184
Taxas regulamentares	19	347.743	375.897
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	29	6.523	7.680
Outras obrigações		112.087	84.657
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		**3.609.669**	**3.244.933**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores		-	454
Empréstimos e financiamentos	16	1.115.264	1.250.981
Debêntures	17	998.618	597.926
Obrigações por arrendamentos	18	33.888	-
Passivo financeiro setorial	9	-	6.111
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	29	4.169	5.617
Taxas regulamentares	19	51.058	62.378
Benefícios pós-emprego	21	463.222	429.975
Provisão para processos judiciais e outros	22	626.392	602.204
Outras obrigações		4.506	269
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**3.297.117**	**2.955.915**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**23**		
Capital social		2.498.230	2.498.230
Reservas de capital		23.254	23.254
Reservas de lucros		1.138.795	976.874
Outros resultados abrangentes		697	(2.807)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.660.976**	**3.495.551**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**10.567.762**	**9.696.399**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida	**25**	**5.904.286**	**5.460.888**
Custo do serviço		**(4.931.168)**	**(4.532.888)**
Lucro operacional bruto		**973.118**	**928.001**
Receitas (despesas) operacionais	**26**		
Despesas com vendas		(141.810)	(149.241)
Despesas gerais e administrativas		(264.635)	(219.021)
Outras despesas operacionais		76.627	61.774
Total de receitas (despesas) operacionais		**(329.818)**	**(306.488)**
Resultado do serviço público de energia elétrica		**643.300**	**621.513**
Resultado financeiro	**27**		
Receitas financeiras		709.997	951.425
Despesas financeiras		(930.697)	(1.303.382)
Total resultado financeiro		**(220.700)**	**(351.957)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**422.600**	**269.556**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(73.316)	(4.677)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(70.026)	(93.633)
	28	**(143.342)**	**(98.310)**
Lucro líquido do exercício		**279.258**	**171.246**
Lucro por ação - básico e diluído (em reais por ação)	**24**	1,67587	1,02768

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de ágio	Reserva de capital: Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reforço de capital de giro	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**2.498.230**	**2.308**	**20.946**	**113.379**	**713.541**	**-**	**8.564**	**3.356.968**
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	22.447	22.447
Tributos diferidos s/ benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(7.632)	(7.632)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	14.815	(14.815)	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap		-	-	-	-	-	(17.229)	(17.229)
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	5.858	5.858
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	171.246	-	171.246
Adoção inicial IFRS 9	-	-	-	-	-	4.564	-	4.564
Reserva legal	-	-	-	8.562	-	(8.562)	-	-
Proposta da administração para destinação do lucro líquido:								
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-		-	(40.671)	-	(40.671)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	141.392	(141.392)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**2.498.230**	**2.308**	**20.946**	**121.941**	**854.933**	**-**	**(2.807)**	**3.495.551**
Perda atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(77.356)	(77.356)
Tributos diferidos s/ benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	26.301	26.301
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	(51.055)	51.055	-
Ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap		-	-	-	-	-	5.309	5.309
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	(1.805)	(1.805)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	279.258	-	279.258
Reserva legal	-	-	-	13.963	-	(13.963)	-	-
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	56	-	56
Proposta da administração para destinação do lucro líquido:								-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(66.338)	-	(66.338)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	147.958	(147.958)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**2.498.230**	**2.308**	**20.946**	**135.904**	**1.002.891**	**-**	**697**	**3.660.976**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**279.258**	**171.246**
Outros resultados abrangentes:		
Ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	(77.356)	22.447
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	26.301	(7.632)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para resultado em exercícios subsequentes, líquidos dos tributos	**(51.055)**	**14.815**
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	5.309	(17.229)
Tributos diferidos sobre Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	(1.805)	5.858
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado em exercícios subsequentes, líquidos dos tributos	**3.504**	**(11.371)**
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	**231.707**	**174.690**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

Atividades operacionais	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	279.258	171.246
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	39.052	98.634
Depreciação e amortização	445.411	340.827
Juros e variações monetárias	316.946	405.978
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	(17.370)	(133.517)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(33.923)	(8.628)
Receita de ativo indenizável	(44.087)	(133.617)
Valor residual de intangível e imobilizado	2.244	23.719
Tributos e contribuições social diferidos	70.026	93.633
Perda de recebíveis de clientes	87.339	37.810
Provisão para processos judiciais e outros	168.796	103.644
Obrigações com benefício pós-emprego	29.817	68.628
Outros	–	1.323
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores	(669.534)	(265.039)
Subvenção CDE - desconto tarifário	30.630	24.349
Ativos financeiros setoriais	98.703	(145.340)
Tributos a compensar	19.412	160.165
Depósitos vinculados a litígios	(11.697)	21.939
Serviço em Curso	41.478	(11.486)
Outros créditos	(47.757)	108.008
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	140.179	(141.207)
Salários, provisões e encargos sociais	(9.279)	5.071
Obrigações fiscais	82.888	(4.975)
Passivos financeiros setoriais	(1.712)	(25.977)
Taxas regulamentares	(40.944)	12.907
Obrigações com benefícios pós-emprego	(73.926)	(108.648)
Provisão para processos judiciais e outros	(144.608)	(166.544)
Outras obrigações	37.817	8.025
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(139.121)	(97.558)
Pagamentos de juros de debêntures	(69.134)	(42.713)
Pagamentos de juros de instrumento derivativo	(19.518)	(33.495)
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais	**567.386**	**367.162**
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual, financeiro e intangível da concessão	(729.248)	(678.560)
Títulos e valores mobiliários	(24.481)	38.314
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(753.729)**	**(640.246)**
Atividades de financiamentos:		
Captação de Debêntures	998.374	–
Captação de empréstimos e financiamentos	689.823	560.564
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.420.866)	(319.899)
Pagamentos de arrendamento financeiro (principal)	(12.370)	–
Pagamento de dividendos	(40.642)	–
(Pagamento)/Recebimento de instrumento derivativo (principal)	8.010	(6.420)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**222.329**	**234.245**
Variação no caixa líquido da Companhia	35.986	(38.839)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	267.076	305.915
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**303.062**	**267.076**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
1. RECEITAS	**9.713.755**	**8.967.131**
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	**9.752.807**	**9.065.765**
Fornecimento de energia elétrica	8.892.918	8.274.251
Outras receitas	141.852	121.791
Receita relativa à construção de ativos próprios	718.037	669.723
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(39.052)	(98.634)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(4.979.614)**	**(4.569.567)**
Materiais	(262.653)	(246.391)
Outros custos operacionais	(253.116)	(167.846)
Custo da energia comprada e transmissão	(3.601.577)	(3.358.100)
Serviços de terceiros	(862.268)	(797.230)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	**4.734.141**	**4.397.564**
4. RETENÇÕES	**(445.411)**	**(340.828)**
Depreciação e amortização	(445.411)	(340.828)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**4.288.730**	**4.056.736**
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**709.997**	**938.434**
Receitas financeiras	709.997	938.434
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**4.998.727**	**4.995.170**
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**4.998.727**	**4.995.170**
Empregados (Colaboradores)	**257.887**	**277.502**
Remunerações	186.128	213.273
FGTS	4.558	4.493
Outros encargos sociais	8.465	7.893
Previdência privada	10.658	9.424
Auxílio-alimentação	24.372	13.412
Convênio assistencial e outros benefícios	10.355	12.939
Participação nos resultados	13.351	16.068
Tributos (Governo)	**3.530.072**	**3.242.846**
Federais	**658.465**	**529.166**
Imposto de renda e contribuição social	143.342	98.310
COFINS	400.464	366.308
PIS	86.943	79.527
INSS	25.435	24.672
Encargos sociais - Outros	2.281	(39.651)
Estaduais	**2.176.721**	**1.946.399**
ICMS	2.176.670	1.946.365
Outros	51	34
Municipais	**6.805**	**5.567**
ISS	4.189	3.681
IPTU	1.589	1.686
Outros	1.027	200
Encargos setoriais	**688.081**	**761.714**
CDE - Conta de desenvolvimento energético	628.684	747.874
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	51.309	6.221
Taxa de fiscalização - ANEEL	8.088	7.619
Remuneração de capitais de terceiros	**931.510**	**1.303.576**
Juros e variações monetárias	200.186	142.710
Outras despesas financeiras	730.511	1.147.681
Aluguéis	813	13.185
Remuneração de capitais próprios	**279.258**	**171.246**
Dividendo mínimo obrigatório	66.338	40.671
Reserva de reforço de capital de giro	147.958	141.392
Reserva de lucro	64.962	(10.817)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais: A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia" ou "Enel Distribuição Rio"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3- Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede no município Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("ANEEL") , vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Ampla hoje é uma empresa do Grupo Enel, multinacional de energia presente em mais de 30 países e com atuação nos segmentos de distribuição, geração e soluções de energia. A sede da Companhia está localizada Praça Leoni Ramos nº 1, Gragoatá, Niterói, Rio de Janeiro – Brasil. Tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026. Em 14 de março de 2017, a Enel Distribuição Rio assinou o 6º aditivo ao contrato de concessão que incluiu novas cláusulas econômicas e de gestão, obrigações de melhoria da qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira bem como alterou o nível regulatório de perdas não técnicas. Em 19 de fevereiro de 2020, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes Demonstrações Contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração. **1.1 Recebimento disputa judicial Furnas:** O montante de R$ 103.625 refere-se à segunda parcela incontroversa recebida em razão de uma disputa judicial com Furnas (vide nota 27), cujo objeto foi a declaração de nulidade das Portarias DNAE nºs. 36, 37, 40, 49 e 75, todas de 1986. As Portarias estabeleceram, conforme o caso, novas "Tarifas a Medidor da Supridora Furnas" e novas "Tarifas de Repasse de Suprimento de Itaipu", tanto na modalidade de Demanda quanto de Consumo, violando os Decretos-Lei nºs. 2.283 e 2.284, de 27 de fevereiro de 1986 e 10 de março de 1986, respectivamente, que instituíram congelamento de preços no âmbito do então chamado Plano Cruzado. A Companhia já havia levantado o principal em 2017 (primeira parcela incontroversa) e a discussão prosseguiu devido às divergências quanto aos critérios de atualização do saldo. É importante mencionar que a Companhia segue em discussão judicial sobre outros itens de correção do saldo, para os quais ainda não há um consenso, embora haja uma decisão de primeira instância, ocorrida em janeiro de 2020, rejeitando a impugnação de Furnas e determinando o pagamento da diferença apurada, porém, tal decisão está suspensa, aguardando julgamento do recurso apresentado por Furnas. Por se tratar de parte controversa do caso, a Companhia classifica essa discussão como ativo contingente, não tendo efetuado nenhum registro (a estimativa da Companhia é que essa parte, ainda controversa, corresponde ao valor de R$ 90.000, data base janeiro/2020). **2. Principais políticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As Demonstrações Contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade (Internacional Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board – IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das Demonstrações Contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. As Demonstrações Contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS). **2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira:** As Demonstrações Contábeis são preparadas em reais (R$), moeda funcional utilizada pela Companhia. As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final o período a que se refere o relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado, as exceções são as transações cujos ganhos e perdas são reconhecidas em outros resultados abrangentes. Todos os valores apresentados nestas Demonstrações Contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas Demonstrações Contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados. **2.3. Receita de contratos com clientes:** As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com cliente ("CPC 47"), equivalente à norma internacional IFRS 15, a aplicação inicial da norma ocorreu em 1º de janeiro de 2018. A norma estabeleceu um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, este modelo é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços. A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca dos bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato. **Receita de distribuição:** As receitas de distribuição de energia são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos aos clientes. No caso da receita de construção da infraestrutura da concessão, a obrigação de desempenho está atrelada à evolução financeira da obra, onde os benefícios das melhorias são transferidos para a concessão à medida que os custos são incorridos. Adicionalmente, a receita originada de um contrato com cliente é reconhecida quando a possibilidade de recebimento for provável, considerando a capacidade e a intenção de pagamento do cliente. Sendo assim, havendo a expectativa de não recebimento, a respectiva receita é apresenta líquida, através de uma conta redutora de fornecimento de energia. As receitas são reconhecidas de forma líquida de contraprestação variável, como por exemplo eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. Dessa forma, como os indicadores individuais de desempenho refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição, as compensações financeiras ocorridas, em função do não cumprimento das metas estabelecidas pela ANEEL, devem ser deduzidas da própria receita gerada de TUSD. **Receita de construção:** A interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 e Interpretação Técnica ICPC 17 – Contrato de Concessão ("ICPC 17"), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. Os ativos gerados e estabelecidos através de contratos de concessão são determinados e segregados como a seguir: • Ativos financeiros: corresponde à parcela estimada dos investimentos que não será totalmente amortizada até o final da concessão, em que a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público; • Ativos intangíveis: representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores à medida que a infraestrutura do serviço público é utilizada ao longo do contrato da concessão. Desta forma, ao longo da concessão tais ativos são remunerados por meio do WACC regulatório (juros remuneratórios sobre o investimento realizado), que de acordo com o CPC 47, devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção ou de melhoria. Tendo em vista os fatos supracitados, os ativos contratuais em construção ou de melhoria, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão são classificados como ativo contratual, pois a Companhia até a conclusão da construção não tem o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, incondicionalmente, pela reversão da infraestrutura do serviço público. Adicionalmente, a margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo contratual ou ativo intangível é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. **Receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto. **2.4. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial. **Classificação – Ativos e passivos financeiros:** A Companhia adotou o CPC 48, e dessa forma, seus ativos financeiros estão mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). **Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. **Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Redução ao valor recuperável *(impairment)* - Ativos financeiros e ativos contratuais:** O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (corporativo, grandes clientes e administração pública). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas. **Instrumentos financeiros, apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os